

CORRESPONDÊNCIA

Norberto Bobbio

Perry Anderson

Tradução do espanhol: Otacílio Nunes

No número 170 da *New Left Review* (julho-agosto de 1988) foi publicado um artigo do historiador inglês Perry Anderson sobre o filósofo e teórico político italiano Norberto Bobbio¹. Nele, o marxista Anderson fazia uma avaliação compreensiva e minuciosa da trajetória e da obra do liberal Bobbio. Em novembro de 1988 Norberto Bobbio escreveu a Perry Anderson uma carta a respeito do artigo que inicia uma curta e, não obstante, rica correspondência entre eles, abordando questões tratadas no artigo de Anderson — socialismo, democracia, revolução — bem como o tema da violência revolucionária, suscitado a propósito de um artigo de Norman Geras enviado a Bobbio por Anderson. Como seria previsível, o debate decorre em alto nível. Mas, acima de tudo — como o artigo de Perry Anderson já o fizera —, oferece um exemplo admirável de diálogo entre dois cidadãos do mundo preocupados em encontrar soluções para grandes problemas da humanidade. Assim, tendo já publicado o artigo de Perry Anderson, *Novos Estudos* não poderia deixar de apresentar a seus leitores esta notável "Correspondência"². (Otacílio Nunes)



2 de novembro de 1988

Estimado professor Anderson:

Lendo as páginas que o senhor me dedicou no último número da *New Left Review*, fiquei assombrado pelo conhecimento verdadeiramente excepcional que mostra de minha vida e obra. Creio que nenhum dos que até agora se ocuparam de mim, sobretudo se se trata de estrangeiros, efetuou um esforço de compreensão da magnitude do seu. Até conhece meus livros mais recentes, como *Italia fedele e Profilo ideologico del novecento italiano*, e também obras menores, como *Le ideologie e il potere in crisi*, que na Itália

(1) "The affinities of Norberto Bobbio"; tradução brasileira: "As afinidades de Norberto Bobbio". *Novos Estudos* n° 24, julho 1989, tradução de Heloísa Jahn.

(2) Publicada originalmente em Perry Anderson, Norberto Bobbio, Umberto Cerroni. *Liberalismo, socialismo, socialismo liberal*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. (Colección Nubes y Tierra). Agradecemos à Editorial Nueva Sociedad pela autorização para esta publicação.

passou quase completamente despercebida, e inclusive se dá o caso de que em uma nota faça referência a minhas obras jurídicas. A atenção com que o senhor leu meus escritos se evidencia também na capacidade com que soube geralmente extrair do contexto, e de centenas e centenas de páginas, algumas frases destacadas e particularmente incisivas. Não deixa de surpreender-me que um estrangeiro, especialmente um leitor de língua inglesa, tenha o conhecimento que o senhor tem do contexto histórico no qual se movem minhas idéias. Me refiro, para dar um exemplo, ao que escreve sobre o Partito d'Azione no sentido de que não foi somente um partido de orientação liberal-socialista, ou ao implacável juízo sobre o atual grupo dirigente do Partido Socialista Italiano.

No que respeita a suas observações críticas (já havia lido seu artigo em *Nexos*, que os amigos mexicanos tiveram a gentileza de enviar-me, mas o da *New Left Review* é muito mais amplo e preciso), talvez seja muito cedo para dar uma resposta adequada, pois desde há meses não me encontro bem e tive de renunciar a um trabalho metódico para preocupar-me mais com minha saúde. Ademais, em minha idade (faz pouco completei setenta e nove anos) é prova de sabedoria ter sempre prontas as malas para a grande viagem.

Por ora me limitarei a fazer um breve comentário. Um dos pontos mais interessantes (e ilustrativos também para mim) de sua análise é o que se refere à relevância outorgada a meu "realismo", realismo que se chocaria, até tornar incoerente o conjunto de meu pensamento, com os ideais liberais e socialistas. Mas para o senhor "realismo" é sinônimo de "conservadorismo". Tive a oportunidade de afirmar em reiteradas ocasiões que Marx teve o grande mérito de ser ao mesmo tempo um revolucionário e um realista, a tal ponto que é chamado o Maquiavel do proletariado. E Lenin, não era um realista? E Trotsky? Por outro lado, uma posição realista é indispensável para quem deseje realizar uma análise da sociedade sem preconceitos, sem véus ideológicos deformantes.

O que escrevi sobre os paradoxos da democracia "real" em *Quale socialismo?* e sobre as promessas não cumpridas em *Il futuro della democrazia* não pretende ser nada mais e nada menos que uma descrição realista do que aconteceu no processo de democratização que se efetuou no último século, uma ilustração — desapaixonada, desencantada, amarga se se quiser porém justa, justa para quem quer permanecer fiel à ética da ciência, ou seja da busca desinteressada — das dificuldades que afetam à democracia no trânsito do que foi concebido como "nobre e proeminente" para a "crua realidade". Pode muito bem ocorrer que esta análise esteja equivocada, mas deveria ser julgada pelo que é, quer dizer, com o único critério com que deve ser avaliado um trabalho científico ou que de alguma maneira se apresenta como tal, que é o da verdade ou da falsidade. O mesmo vale, e o repeti várias vezes, para a teoria das elites. Antes de julgá-la como logicamente conservadora, não conviria perguntar-se se é verdadeira ou falsa? A teoria revolucionária mais acreditada no Ocidente não sustentou e também praticou a idéia das "minorias organizadas"?

Entretanto, me parece que frente a minhas análises realistas o senhor não se coloca nunca a pergunta de se são corretas ou errôneas, senão somente se são ou não compatíveis com meu projeto ideal liberal-socialista. Sua acusação de incoerência deixa em alguma medida pensar (digo-o um pouco como um paradoxo) que o senhor teria preferido que eu afirmasse que na Itália (mas, no fim das contas, o que acontece na Itália não se produz por acaso de maneira menos "farsesca" quase em todos os lados?) vivemos no melhor dos mundos democráticos possíveis. Não, não vivemos no melhor dos mundos possíveis, mas isso deve impedir-nos de entender para onde vai o mundo? Ou de indicar para onde seria melhor que fosse? O realismo do cientista — que o senhor identifica simplesmente com a ideologia dos conservadores — e o idealismo do ideólogo estão em dois planos distintos.

Me parece ser lícito falar de contradição entre uma análise científica que diga "branco" e outra que diga "preto", ou entre uma ideologia que valorize a igualdade e outra que exalte a desigualdade; me parece menos lícito denunciar uma contradição entre uma análise científica (a democracia até agora se deteve nas portas das fábricas) e uma proposta política e ideológica (seria bom que a democracia também conquistasse a fábrica). A partir da mesma análise realista se pode demonstrar e comprovar que os dois planos não devem ser confundidos: de "a democracia não cumpriu todas as suas promessas" se podem derivar duas posições ideológicas, ou se se quiser positivas, programáticas, opostas: "está bem que as promessas não se tenham cumprido, para o diabo com a democracia" ou "é necessário realizar qualquer esforço para que as promessas se cumpram". O senhor pode contestar-me que ao lado das promessas não cumpridas eu pus os obstáculos não previstos; mas também neste caso as soluções possíveis no plano do dever são pelo menos duas: a resignação (os obstáculos não são superáveis) e a confiança (os obstáculos podem ser superados).

Posso admitir que meu diagnóstico sobre os males da democracia italiana foi com frequência tão severo (infelizmente a maior parte de meus artigos políticos é ditada pelas circunstâncias e tem a ver com a polêmica contingente) que se presta mais para sugerir uma linha de resignação do que uma de confiança, e nesse sentido reconheço que suas recriminações acertam no alvo. Mas quando na prática me comprometi em uma batalha política — e isso aconteceu poucas vezes em minha vida, contrariamente ao que o senhor crê atribuindo-me méritos que não tenho — penso tê-lo feito sempre para defender os ideais da justiça e da liberdade contra as degenerações, analisadas de maneira realista, de nossa vida democrática. O fato de que justamente esses ideais da liberdade (provenientes da doutrina liberal) e os de justiça (provenientes da doutrina socialista) — e para mim convergentes no projeto de uma democracia social como ideal a alcançar — sejam para o senhor sinais de um projeto político moderado, posso entendê-lo e não tenho absolutamente nada a objetar. Mas uma coisa é a crítica ideológica perfeitamente legítima, a partir da qual não tenho inconveniente algum em reconhecer que estamos em dois campos diferentes, outra coisa

é a acusação de incoerência entre o que escrevi como estudioso da política e aquilo a que aspiro como militante político, sem que nunca tenha sido colocada em suas páginas a verdade ou falsidade de meu diagnóstico sobre a democracia atual e que por certo não vale só para a Itália.

Do ponto de vista ideológico creio que a principal razão de nossa discrepância é meu inicial e nunca abandonado liberalismo, entendido, como eu o entendo, digo-o de uma vez por todas, como a teoria que sustenta que os direitos de liberdade são a condição necessária — ainda que não suficiente — de toda democracia possível, inclusive da socialista (no caso de que seja possível). Pode ser que esta idéia fixa dependa do fato de que pertenço a uma geração que chegou à política combatendo a ditadura e continua vivendo numa sociedade em que as tentações autoritárias não desapareceram de todo. O senhor poderá me objetar que mantendo-nos na democracia liberal jamais chegaremos ao socialismo. Eu replico, como sempre o fiz nestes anos aos comunistas, que tomando-se um atalho para chegar ao socialismo não se retornará jamais aos direitos de liberdade.

Me permito dizer que este é, colocado de maneira realista, o problema atual da esquerda. Um problema que a esquerda tradicionalmente marxista não resolveu, e que partindo somente das análises marxianas não está em condições de resolver. O liberal-socialismo é só uma fórmula — sou o primeiro a reconhecê-lo — mas indica uma direção.

Me agradou muito que o senhor tenha descoberto antecedentes ilustres na tradição do pensamento anglo-saxão. Entre estes antecedentes Guido Calogero costumava citar o liberalismo de T. Hobhouse, retomando uma citação de Croce que o havia definido como um socialista liberal (*Ética e política*, p. 320). Nestes dias tive a satisfação de ler a obra de S. Bowles e H. Gintis *Democracy and Capitalism*, que o senhor cita, porque nela observei um intento original de ir além das duas tradições de pensamento sempre em contraste: o marxismo e o liberalismo. Além do mais, o senhor mesmo afinal não rechaça de todo as "energias" que o liberal-socialismo gerou, ainda que considere que deveriam ir em outra direção. Mas em qual direção? Sua última resposta: "It is too soon to say" é um pouco misteriosa. Aceito as reiteradas observações sobre minhas "vacilações" e "oscilações". Estou perfeitamente consciente de que levantei mais perguntas do que respostas, não obstante, sua frase final tampouco me parece muito esclarecedora. Estou convencido de que é necessário ter a coragem de redefinir o socialismo, porque, se permanecermos aferrados a sua definição histórica — a eliminação da propriedade privada, e a substituição da propriedade privada pela propriedade coletiva —, uma reforma inteiramente socialista não só aparece como democraticamente impraticável mas também, se considerarmos de maneira "realista" os resultados logrados nos países nos quais o socialismo se concretizou, indesejável. Mas tampouco quero ir mais longe. Seria presunçoso: "It is too soon to say". Assim postas as coisas, entre o senhor e mim há uma diferença: se para o senhor é "muito cedo", para mim é muito tarde! A parte superior de minha clepsidra já está quase vazia e não me será permitido — e tampouco o desejo — dar-lhe volta.

Antes de terminar esta carta, que considero longa demais, queria que me esclarecesse quais são, segundo seu critério, meus erros de interpretação de Gramsci. Em seu livro sobre *As antinomias de Gramsci*, na página 22 da tradução italiana, afirma que eu teria atribuído a Gramsci a originalidade do uso de "hegemonia". À margem do fato de que o termo "hegemonia" é usado comumente na linguagem política italiana (em qualquer texto escolar sobre a história do Risorgimento se fala reiteradamente de "hegemonia piemontesa"), no ensaio gramsciano há uma nota (p. 37 da edição Feltrinelli) sobre o uso da hegemonia em Lenin e Stalin que me foi sugerida pelo conhecido eslavista Vittorio Strada. Mas obviamente a razão de sua crítica é outra.

Por outro lado, o senhor certamente exagera em sentido oposto quando considera que eu tenho tido muita influência na política italiana. Ainda que esta afirmação seja capaz de regozijar-me, posso assegurar-lhe de que não corresponde à verdade. Sempre me considerei, em especial nestes anos, um patético pregador no deserto, ao qual não escutam mas toleram benevolmente. Agradeço-lhe por certo o generoso reconhecimento, mas me vejo obrigado a não levá-lo muito a sério.

Remeto-lhe minha bibliografia completa, publicada em Turim em 1984 por iniciativa da Universidade, e um livro que me dedicaram na oportunidade de minha aposentadoria. A introdução da primeira e a conclusão da segunda são páginas autobiográficas, à maneira de "confissões", ao mesmo tempo humanísticas e melancólicas.

Receba esta carta como mostra de interesse pelo que escreveu sobre mim e por mim. Seu propósito de interpretar minha obra, feito com tanta seriedade, não podia ficar sem resposta.

Cordialmente,

Norberto Bobbio

12 de dezembro de 1988

Estimado professor Bobbio:

Agradeço-lhe sua longa carta de 3 de novembro. Sua resposta a meu ensaio me comoveu. Certamente o senhor é muito generoso comigo, mas sem dúvida uma afirmação sua é verdade: tentei escrever não simplesmente sobre o senhor mas pelo senhor. Creio ter demonstrado este desejo de maneira particularmente intensa, e por certo estou feliz de que isto apareça nos resultados, precisamente porque meu *background* nacional, geracional e político é distinto. Ao mesmo tempo creio que as divergências entre nós são efetivamente menores do que as que poderiam aparecer uma vez lido meu artigo, ou pelo menos de sua interpretação de algumas partes dele.

Em sua resposta o senhor observa antes de tudo que me limito a identificar a tradição realista com o conservadorismo e, em seguida, que

deixo de interrogar-me sobre se seu realismo encontra ou não uma correspondência adequada com a experiência democrática atual. A primeira destas objeções me surpreendeu, mas, revisando atentamente meu texto, percebi que efetivamente poderia ter dado essa impressão, sem que por certo esse tivesse sido o propósito. Na verdade, ao afirmar que para o senhor a tradição realista foi "quase sempre" (talvez tivesse sido mais correto dizer "preponderantemente") conservadora, o que logicamente pressupunha a existência de um realismo não conservador, e continuando com a citação da comparação traçada pelo senhor entre Hobbes por um lado e Marx e Lenin por outro, eu não acrescentava explicitamente — como sem nenhuma dúvida deveria ter feito — que para o senhor estes últimos também deveriam contar-se entre os grandes realistas. Considerava que isso poderia deduzir-se do contexto, mas parece que não era tão evidente. Quando mais adiante abordava de novo o argumento, falava de "um" (e não "do") realismo sociológico de ascendência paretiana e weberiana, mas tampouco neste caso se coloca nenhuma tradição realista alternativa. Dessa forma, neste caso considero que de alguma maneira sou merecedor de sua crítica. Por outro lado também é verdade que meus reiterados elogios a respeito de seu "realismo histórico" poderiam ter dado margem a que se formasse a impressão de que não aprovo nenhuma hostilidade de princípio em relação à perspectiva realista enquanto tal. Ademais, como poderia fazê-lo? Mais ainda se se leva em conta que, como o senhor recorda uma vez mais e com razão, Marx, Lenin e Trotsky devem ser incorporados entre os pensadores realistas de primeira linha.

No que diz respeito a sua segunda objeção, a resposta adquire uma maior grau de complexidade. Tem razão por certo quando destaca que em meu artigo não enfrento o problema da real veracidade ou falsidade de seus diagnósticos sobre a democracia contemporânea. *Touché*. Isto constitui indubitavelmente um ponto débil do trabalho. Por outro lado creio que o senhor subestimou até certo ponto a "incoerência" que percebi em seus juízos no sentido de que a democracia *é de caráter estritamente científico*, e não portanto no que respeita à compatibilidade entre análise científica e desiderato político, como o senhor sugere. Porque no fim das contas o senhor afirma que ou bem "assistimos à ampliação do processo de democratização" em "espaços novos, ocupados até agora por organizações hierárquicas e burocráticas", o que talvez represente "uma autêntica virada na evolução das instituições democráticas", ou bem que "a ampliação das instâncias democráticas dentro da sociedade civil agora parece ser mais uma ilusão que uma solução". Talvez esta contradição possa explicar-se em termos cronológicos, isto é, que o senhor tenha mudado posteriormente de parecer sobre este aspecto particular, ainda que me pareça que pode ser mais fiel a seu pensamento considerá-la como uma autêntica oscilação ou incerteza de juízo. Mas o senhor poderia replicar de boa lei: melhor minhas vacilações que seu silêncio! Permita-me então confessar-lhe minhas opiniões sobre este assunto que até agora apenas foram esboçadas.

A descrição geral — que o senhor propõe — do funcionamento do que eu continuaria chamando "a democracia real" no Ocidente (em homenagem às sólidas hipocrisias do Leste!) me parece na verdade bem-fundada. Minha principal reserva é de natureza comparativa: creio que o senhor subestima a medida em que tal democracia, nos Estados Unidos, foi esvaziada de significado a partir dos últimos anos do século passado até converter-se — com a colossal monetarização e uma participação mínima no processo eleitoral — em algo distinto em relação aos modelos da Europa ocidental. O autorizado politólogo norte-americano Walter Dean Burnham se expresse eloquentemente e detalhadamente neste sentido. Da mesma forma, ironicamente, eu seria menos severo que o senhor sobre o modelo italiano, se se leva em conta que a Constituição de vocês protege os direitos das minorias de uma maneira muito mais eficaz do que faz a nossa Grã-Bretanha, onde o sistema eleitoral favorece a discriminação e o Executivo fica despojado arrogantemente de suas obrigações.

Sendo assim, como devemos avaliar as possibilidades de um progresso que supere os limites da ordem liberal capitalista? Sobre este ponto penso que o senhor abandonou muito apressadamente pelo menos uma parte de sua crítica originária, substituindo as "promessas não cumpridas" da democracia pelas "promessas insatisfeitas", e sugerindo assim que teria sido alcançada uma espécie de fronteira institucional última da liberdade, apesar do decepcionante que tudo isso possa resultar. É certo que nenhuma das democracias que neste século se propôs ir além do critério da representação demonstrou ter um ordenamento durável e vital (a Catalunha republicana é talvez a que mais se aproximou deste caso). E é verdade também que por ora é muito difícil imaginar de que maneira as sociedades ocidentais poderão finalmente sair — movendo-se em uma direção positiva — das vias exclusivamente parlamentares para as quais se encaminharam. Mas também pouco creio — e estou profundamente convencido disto — que as semiliberdades de hoje, indolentes e manipuláveis, constituam a última palavra da humanidade. Quem pode realmente imaginar que a ordem atual seria simplesmente reproduzida mantendo intacta sua natureza até o fim dos dias? As coisas poderiam piorar ou melhorar muito. Tudo o que se pode prever com algum grau de certeza é que não permanecerão como estão. Naturalmente estamos falando de muito mais que uma década — definitivamente "tarde demais" para ambos —, mas, tendo por base o caminho que até agora se vinha trilhando, creio que é racionalmente admissível um cauteloso otimismo sobre as perspectivas desse futuro longínquo, pelo menos enquanto a guerra nuclear não intervier para negar qualquer futuro a cada um de nós.

O senhor conclui destacando que nosso desentendimento de natureza ideológica está determinado por seu duradouro e originário liberalismo, cujo verdadeiro ponto central é representado pelo valor que atribui aos direitos políticos individuais. Não estou seguro de que as coisas estejam exatamente nesses termos, se bem que possa compreender por que o senhor pensa assim. Na realidade sinto com relação ao ideal do liberal-

socialismo mais simpatia do que o senhor imagina. O fato de que até agora não se haja demonstrado como politicamente realizável no Ocidente não dá lugar, como assinalai na conclusão, a uma condenação definitiva. Em minha análise deste problema existe ademais uma lacuna evidente no que diz respeito às perspectivas de um socialismo liberal no Leste. Porque que outra coisa é, falando concretamente, o espírito mais positivo que anima o processo da *perestroika* na União Soviética? O Estado de direito, a garantia dos direitos individuais, a separação dos poderes: tudo isso faz parte dos objetivos declarados por Gorbachev. Precisamente o senhor tinha previsto, faz trinta e cinco anos, que um dia o governo soviético haveria de orientar-se para a institucionalização daquelas liberdades que os liberais reivindicam contra o absolutismo e que os livros-texto soviéticos haveriam de descobrir o *Rechstaat*. Os fatos lhe deram toda a razão. Aquele dia finalmente chegou. O senhor é modesto demais para citar-se, mas tem todo o direito de sentir-se profundamente satisfeito por esta grande mudança. Naturalmente qualquer juízo sobre o processo que se está levando a cabo só pode ser prudente e provisório. De fato, seu resultado não poderia ser mais incerto. A *perestroika* poderia precisar do objetivo de um liberal-socialismo por ambos os extremos, por assim dizer, e recair em algo similar à anterior ditadura burocrática ou fugir para frente para uma recomposição *de facto* do capitalismo, ou talvez combinar ambos os males. Mas entre esses dois perigos, cada um muito evidente, assoma também a possibilidade de que se realize a longo prazo o que poderíamos legitimamente definir como um socialismo liberal. E não vejo de que maneira qualquer marxista contemporâneo poderia deixar de saudá-lo com fervor, na medida em que reconheça a inadequação da herança jurídica do próprio marxismo.

Mas se as coisas estivessem colocadas desta maneira, a distância entre nossas posições se reduziria bastante. Se o senhor estiver de acordo, poderia conceder-lhe que o liberal-socialismo constitui nosso objetivo comum, com a condição de que o senhor me conceda alcançá-lo através de um processo de traços não liberais. Faço-o notar que o senhor admite a existência desse paradoxo no advento do capitalismo liberal, por que então deveria ser impensável para o socialismo? Entre seus próprios mestres e companheiros de Giustizia e Libertà havia alguns que imaginavam algo muito parecido. Se déssemos a sua "materialização" o nome, então desconhecido, de *perestroika*, Monti e Trentin não se revelariam por acaso como visionários? Pergunta à qual o senhor talvez respondesse: pode ser, mas eu me referia às democracias já existentes no Ocidente e não às hipotéticas do Leste, e no Ocidente tal paradoxo por enquanto é impossível além de indesejável. Creio que este é provavelmente o real e limitado ponto de desacordo.

Um amigo meu, Norman Geras, acaba de terminar um ensaio onde reflete precisamente sobre este problema, e que lhe envio em separado. O tema central do trabalho alude à tradição do pensamento sobre a "guerra justa" que o senhor discutiu em mais de uma oportunidade; creio que constitui a reflexão geral mais aguda à nossa disposição sobre a ética revolucionária. Mas ao mesmo tempo aborda, de maneira lúcida e mode-

rada, nosso problema "residual": se a busca de uma sociedade justa no âmbito do ordenamento parlamentar deve respeitar sempre as regras constitucionais vigentes. Suas reflexões sobre este trabalho seriam certamente interessantes.

Infinitos agradecimentos pelos três textos que me enviou. Gostaria de tê-los conhecido quando estava escrevendo meu ensaio, em especial pelo que o senhor diz dos autores que lhe são mais próximos e de sua relação com os clássicos; e também, trata-se neste caso de um argumento completamente diferente, sobre democracia e mercado. Entre outras coisas não teria sustentado o que escrevi na página 29 de meu ensaio se tivesse tido esta última e vigorosa exposição diante de mim. Além do mais, minha observação sobre Gramsci é muito incidental. O senhor se pergunta o que eu quis dizer; na realidade só quis dizer o seguinte: que se bem que o termo "hegemonia" seja de uso mais comum nas diferentes acepções italianas, em Gramsci esse termo adquire conotações específicas que derivam diretamente de uma certa literatura russa, algo que em seu ensaio sobre Cagliari o senhor parece ignorar, em particular dois termos opostos no significado que atribuem a ele Akselrod, Plekhanov, Trotsky e também Lenin: por um lado "corporativismo" e por outro, "ditadura". Gramsci desenvolve estas contraposições de maneira original, mas, não obstante, ele não as criou.

Não corrijo uma afirmação minha; ainda que o senhor a negue, diz respeito à influência que o senhor mesmo exerceu sobre a vida política italiana, talvez percebida com atraso mas nunca inadvertida. Espero que algum eco desta influência possa alcançar a cultura de um país tradicionalmente refratário como o meu. Foi uma honra receber sua carta.

Com minhas mais cordiais saudações,

Perry Anderson

15 de março de 1989

Estimado professor Anderson:

Antes de mais nada me desculpo pelo grande atraso com que respondo a sua carta de dezembro passado.

Embora considere que não há contradição entre uma posição realista na análise do que acontece ou aconteceu e uma posição idealista projetada para o futuro com o propósito de delinear o que deveria acontecer, sou o primeiro a reconhecer que em meus escritos políticos, que se foram sucedendo em um arco de tempo de cerca de meio século, há uma acentuação de uma ou outra posição de acordo com a mudança das circunstâncias. Como lhe disse anteriormente, a maior parte desses escritos, diferentemente do que acontece com os dedicados à teoria do direito, foram ocasionais e consequentemente responderam às situações que os provocaram, algumas mais favoráveis que outras para inspirar confiança

no "futuro da democracia". Por exemplo, se tivesse de dizer qual é meu estado de ânimo nestes últimos tempos, deveria confessar-lhe que é o idealista; o qual, apesar de tudo, nunca se iludiu demais e teve de ceder terreno ao realismo desiludido, a julgar pela maneira como se desenvolveu a luta política na Itália — e não só na Itália mas também em todas as democracias consolidadas —, não somente sem ideais mas também sem projetos a longo prazo e que vão além das eleições mais próximas (projetos que, ainda que modestos, não são normalmente realizados).

Apesar destas oscilações e de um pessimismo de fundo que marcou para sempre a quem pertenceu a minha geração, jamais me resignei de todo à derrota dos grandes ideais da justiça e da liberdade que haviam animado o movimento liberal-socialista nos anos da luta contra o fascismo, apesar do revés histórico — sobre o qual creio que já não faz sentido estender véus piedosos — da revolução comunista e, para nossa maior mortificação, da marcha triunfal do capitalismo, desse capitalismo do qual a esquerda européia havia previsto, já para fins do século passado, sua queda inevitável. Não só jamais me resignei como também inclusive recentemente tive de mostrar meu enfado diante da maneira muito apressada e reverente com que os homens e partidos da esquerda italiana se inclinaram diante da realidade do mercado.

Na ocasião em que resenhei o livro de Giovanni Sartori *The theory of democracy revisited*, onde o autor escreve que a crise atual da democracia "é muito mais uma crise de fundamentos éticos", levantei a dúvida de que "a razão da crise moral da democracia poderia ser buscada também no fato de que até agora a democracia política conviveu, ou está obrigada a conviver, com o sistema econômico capitalista", um sistema que não conhece outra lei que não seja a do mercado, que reduz qualquer coisa a mercadoria, não importa se esta é dignidade, consciência, o próprio corpo e, por que não?, também o voto. Mais recentemente, em uma entrevista sobre a atualidade da Revolução Francesa, e respondendo a duas entrevistas prévias sobre o mesmo tema de Achille Occhetto e Bettino Craxi, secretários do Partido Comunista e do Partido Socialista italianos, respectivamente, que reivindicavam para seus partidos o direito de identificar-se com os princípios de 1789, afirmei: "Sei que agora me arrisco a parecer mais comunista que os comunistas (...) Mas o PSI e o PCI estão realmente seguros de que o grande fracasso histórico do socialismo e a circunstância de que vivemos hoje em sociedades onde o capitalismo triunfou significa que efetivamente é preciso renunciar à idéia de superar o individualismo da sociedade liberal?". E além disso acrescentei: "o fracasso da idéia coletivista é um prejuízo histórico irreversível ou se trata de um revés momentâneo? É verdade que finalmente o homem novo jamais apareceu, mas também é certo que o capitalismo agressivo de hoje põe em crise a própria idéia de homem".

Como poderá perceber, também a mim coube colocar uma pergunta idêntica à que o senhor me faz em sua carta: "Realmente, quem pode imaginar que o ordenamento atual será reproduzido até o fim dos tempos?".

Em todo caso tenho mais dúvidas que as que o senhor poderia ter a respeito da possibilidade de uma transformação radical através da revolução. Mesmo que esteja "realmente" convencido de que nos países economicamente desenvolvidos — nos quais o senhor e eu estamos instalados, ainda que a Itália tenha chegado em último lugar e não sem deixar sobreviver injustiças — a via democrática não permite o advento de uma sociedade socialista como imaginava o movimento operário do século passado, tenho muitas dúvidas de que a via alternativa seja transitável. A julgar pelo convite que me faz para ler o livro de Norman Geras, *Our morals*, devo pensar que o senhor considera não só possível mas também justificável (e suponho que também eficaz) o recurso à violência, ainda que seja em determinadas circunstâncias, em uma situação de injustiça grave e persistente e nos limites de regras preestabelecidas.

A tese principal de Norman Geras é que, por analogia, como diria um jurista, os princípios do *ius ad bellum* e as regras do *ius in bello* podem estender-se à revolução. Dito de outra maneira: que do direito internacional relativo à guerra se podem extrair bons argumentos para desenhar uma teoria da legitimidade ou da legalidade revolucionária; em suma, para dar vida à teoria jurídica da revolução construída à imagem e semelhança da tradicional teoria jurídica da guerra.

Mesmo deixando de lado a consideração, por demais óbvia, de que a teoria da guerra justa (ou do *ius ad bellum*) ou o chamado direito de guerra (*ius in bello*) estão atravessando uma muito longa e grave crise a partir do desmedido incremento do poder destrutivo das armas, que por certo torna cada vez mais incerta a fronteira entre guerra justa e guerra injusta — e também cada vez mais inaplicáveis algumas regras tradicionais do direito de guerra, como aquela na qual o autor insiste de maneira particular e que se refere à distinção entre combatentes e não-combatentes —, não estou muito convencido da correção da analogia entre guerra e revolução, e portanto das consequências que o autor extrai dela no que diz respeito à legalidade da revolução. No direito internacional, que ainda se baseia em última instância no princípio da autotutela, a guerra foi considerada sempre como um ato lícito, na medida em que é equiparada à sanção no direito interno. Pelo contrário, nenhum Estado permite em seu interior o direito à revolução, e não pode permiti-lo porque dentro do Estado, enquanto único detentor da força legítima, rege o princípio oposto da heterotutela. Quando dentro de um Estado se produz uma revolta e esta se transforma em um verdadeiro acontecimento revolucionário, tal acontecimento é em relação ao ordenamento interno um fato, um mero fato cuja transformação em direito depende só do êxito baseado no princípio fundamental do direito internacional: a efetividade. Os revolucionários que vencerem serão os que imporão o direito de manhã; por sua vez, os revolucionários que perderem serão considerados só como bandidos (houve um tempo em que eram chamados "ladrões"). Em todo caso, se perdura a situação de ruptura violenta da ordem interna, o acontecimento revolucionário pode gerar um estado de guerra civil ao qual é lícito aplicar regras do direito de guerra, mas na medida em

que é uma guerra e independentemente do fato de que seja revolucionária ou contra-revolucionária.

Todas estas dúvidas valem com maior razão em relação a outra tese que o autor sustenta, qual seja, a que afirma que com relação ao direito à revolução não haveria diferença entre um governo despótico e um governo democrático representativo no qual a situação de injustiça não fosse incidental mas grave e permanente em razão do condicionamento exercido pelo sistema econômico capitalista sobre o sistema político, condicionamento este que impediria que as regras do jogo democrático fossem livre e eficazmente observadas. Com maior razão se se tem em conta que o que distingue um governo democrático de um governo despótico é a institucionalização e a neutralização do direito de resistência através do reconhecimento da liberdade de oposição, o que incorpora um argumento ulterior para sustentar a redução da ruptura violenta da ordem construída a um mero fato. Porém, ademais, a experiência mostra que as mudanças violentas que sofreram os governos democráticos quase sempre provieram de movimentos de direita, e que a violência que abate a democracia não é revolucionária mas geralmente contra-revolucionária, e tudo isso deveria fazer refletir os que justificam de maneira abstrata, sem levar em conta as lições da história, a mudança violenta de um sistema democrático-parlamentar em nome dos ideais revolucionários.

Na realidade a questão de se a revolução é moral e juridicamente justificável, e de se o comportamento do revolucionário deve obedecer a regras morais, me parece algo puramente doutrinário que pouco incide na prática. Uma revolução não se torna nem mais factível nem mais provável pelo fato de que se tenha demonstrado sua legitimidade, nem se torna menos desumana uma vez que se tenham ditado as regras de conduta do bom revolucionário.

Uma análise sem preconceitos da realidade, uma análise uma vez mais "realista", mostra que nos países econômica e politicamente desenvolvidos na atualidade não há movimentos de tal envergadura que possam fazer prever uma explosão de movimentos revolucionários capazes de mudar as relações de poder existentes. Graças à liberdade de reunião e de associação, nestas sociedades são possíveis grandes mobilizações para expressar o descontentamento, mas em todo caso se trata de manifestações que se colocam no âmbito da desobediência civil ou da resistência passiva não violenta, e por certo não no âmbito da resistência ativa violenta e da revolução. Em todo caso, se trata de uma eficácia parcial e limitada, que pode ter como consequência a modificação de uma disposição injusta, porém não a mudança de todo o sistema. Estaria tentado a dizer que hoje também os movimentos populares são reformistas e não revolucionários, tanto nos países capitalistas — recordem-se as manifestações em favor dos direitos civis nos Estados Unidos — como nos países socialistas — recorde-se o exemplo do Solidariedade na Polônia.

Entenda-se bem: é diferente o discurso que se deve fazer para os países do Terceiro Mundo, onde o estado de coisas é objetivamente

revolucionário, vale dizer, onde as coisas se apresentam de tal maneira que deixam poucas esperanças de que possam ser modificadas democraticamente. Efetivamente, em muitos desses países há situações de violência endêmica, que por outro lado devem ser consideradas mais como pequenas guerras ("guerrilhas") que como revoluções. De qualquer maneira não são situações comparáveis às de nossos países, onde, quando houve manifestações de violência, como na Itália, se mantiveram nos limites restritos do terrorismo individual ou de pequenos grupos, sempre destinados a um fracasso seguro.

Mas também é um discurso diferente o das relações entre o Terceiro Mundo e os países desenvolvidos: neste caso se trata do discurso que se refere ao problema da justiça internacional. Contudo, também neste caso creio que a esquerda européia tem coisas melhores a fazer do que pregar e justificar a revolução, por outro lado uma revolução que para ter alguma possibilidade de êxito deveria ser planetária. A ética da responsabilidade teria de levar-nos a atuar na única direção que pode produzir algum resultado, ainda que seja lento e parcial: a do reforço das organizações democráticas internacionais, e no âmbito destas propugnar políticas de justiça distributiva, que bem poderiam ser as mesmas políticas que desde há mais de um século os partidos social-democratas promoveram com êxito no seio de seus próprios Estados.

Frequentemente se afirmou que para tornar impossível a revolução é necessário percorrer a via das reformas. Pelo contrário, hoje é preciso seguir a via das reformas também no âmbito internacional porque a revolução, uma revolução que deveria ser universal, se tornou impossível.

Neste ponto me dou conta de que nosso desacordo toca valores últimos, e me parece que é muito difícil que possa ser superado. Contra um desacordo desta natureza chocam-se os bons argumentos, e lhe peço que me creia se lhe digo que sou o primeiro em não estar sempre seguro da qualidade dos meus.

Não obstante, desejo assegurar-lhe que este encontro entre nós foi, ao menos para mim, estimulante e útil.

Saudações cordiais,

Norberto Bobbio

17 de maio de 1989

Estimado professor Bobbio:

Agradeço-lhe sua carta de 28 de março. Aprecio muito o fato de o senhor ter-se incomodado em me contestar e ao mesmo tempo dar-me a conhecer suas considerações a respeito do ensaio de meu amigo Norman Geras. Se lhe escrevo hoje é porque me sinto aborrecido pela forma como

introduz a questão em nossa troca de opiniões. Minha referência a tal trabalho era muito concisa para poder expressar de maneira satisfatória o significado que pretendia atribuir-lhe com respeito a nossa discussão: talvez isto tenha dado margem a alguma incompreensão no modo como o argumento foi consequentemente tratado por aquela pessoa. Permita-me que lhe explique.

Não me parece que a intenção de Geras fosse em absoluto a de proporcionar uma justificação doutrinária da violência revolucionária mas, pelo contrário, a de formular uma crítica, e muito dura, à tradicional posição revolucionária a respeito da violência. Tampouco creio que do ponto de vista histórico se possa sustentar que a reflexão moral e intelectual sobre este problema seja simplesmente irrelevante, como poderia sugerir a interpretação de suas observações incluídas em sua última carta ("que pouco incide na prática", "nem se torne menos desumana" etc.), ainda que eu não creia que o senhor entenda precisamente isto. Se este tipo de raciocínio, como o que realiza Geras, tivesse sido comum nos debates do período da guerra civil russa, por exemplo, teria sido muito difícil imaginar a direção que de fato tomou o que se produziu entre Kautsky e Trotsky. E quem está em condições de afirmar que debates desse tipo não tiveram alguma influência nas ações de que participaram? Mas tampouco se pode afirmar que este seja agora um debate puramente acadêmico, qualquer que tenha sido sua relevância no passado. O ensaio de Geras mostra de maneira inequívoca a centralidade que esta temática tem ainda hoje em uma sociedade industrial moderna, como a África do Sul.

É evidente que a temática ético-política da violência revolucionária ainda não está superada. As observações posteriores que o senhor realiza sobre o Terceiro Mundo — uma zona cujas fronteiras hoje estão menos claramente delineadas do que estiveram há algum tempo — se movem efetivamente nesta mesma direção. Na verdade está fora de discussão a importância de delimitar comportamentos cruéis e desumanos, onde quer que a violência se mostre socialmente inevitável. Não obstante, a esquerda refletiu muito pouco sobre quais são os princípios em jogo. Este é, sobretudo, o objetivo que Geras se propõe em seu ensaio.

Dessa forma, ele faz uso da tradição internacional que distinguiu e posteriormente desenvolveu as doutrinas do *ius ad bellum* e do *ius in bello*. O senhor, por sua vez, critica os resultados baseando-se na verificação de que guerra e revolução são realidades incomensuráveis desde o momento em que os Estados, enquanto entes soberanos, sempre estão legitimados para fazer a guerra, enquanto nenhum Estado autoriza seus próprios súditos a mudá-lo. Penso que esta observação está exageradamente vinculada à esfera jurídica, que seria a mais apropriada no caso em que Geras propusesse uma verdadeira analogia, mas creio que sua argumentação se coloca no nível, mais simbólico, de um equivalente moral antes que no de um equivalente jurídico. De todas as maneiras isto não significa que o paralelismo não apresente dificuldades. Na verdade existe uma simetria particularmente significativa entre guerra e revolução que

não deve passar despercebida. Na época moderna os conflitos entre os Estados só excepcionalmente puseram em perigo a existência dos adversários; a consequência normal de uma derrota no campo de batalha se constituiu mais pelo redimensionamento que pelo aniquilamento do inimigo. Ao contrário, nos conflitos revolucionários, a vitória das classes subalternas coincidiu, por sua própria natureza, com a abolição das classes dominantes, suprimidas enquanto classes (e não como indivíduos) da nova ordem pós-revolucionária. Dito de outra maneira: a estrutura dos dois tipos de conflitos foi se diferenciando de maneira substancial: a primeira implicando uma lógica de redimensionamento, a segunda, uma lógica de transformação. É provável que tenha sido esta diferença, junto com outros fatores, o que impossibilitou qualquer assimilação entre suas respectivas regras na obra dos clássicos do socialismo revolucionário. Que isto é assim o prova a ausência em tal assimilação de qualquer referência a Rosa Luxemburgo, a mais sensível ao discurso ético entre os pensadores de origem marxista.

O sentido de repugnância ante a própria guerra pode ter tido sem dúvida um papel significativo, mas é provável que o outro obstáculo se tenha constituído precisamente pelo que na verdade permitiu a codificação da conduta entre os Estados em tempo de guerra, quer dizer, a suposição da sobrevivência comum uma vez terminadas as hostilidades. De qualquer maneira, esta consideração de caráter histórico não invalida as conclusões políticas a que chega Geras, e em todo caso contribui para explicar por que o cânon ao qual se refere foi, como ele mesmo afirma, negligenciado entre os socialistas.

Creio que ao negar validade a uma reflexão comparativa entre estas duas formas principais de violência moderna o senhor deixa o caminho livre à conclusão, por outro lado totalmente inaceitável, de que obrigações de natureza ética podem desempenhar um papel nas guerras — cuja ferocidade atenuariam, embora agora tenham caído em desuso — mas não, por outro lado, nas revoluções, onde o que conta é sobretudo uma desumana fatualidade. Mas é possível que esta seja sua verdadeira convicção? Tenho a impressão de que o senhor tampouco deseja deter-se no problema por temor de ser arrastado para alguma interminável e irresponsável casuística das formas de coerção. A história recente de seu país, marcada pelo terrorismo, tornaria tudo isto incompreensível. Não obstante, creio que tudo isso o levou a não entender Geras, que por outro lado não quer afirmar que condições de injustiça social graves legitimem por si sós o recurso à revolução, independentemente do caráter despótico ou representativo do governo no poder. Em todo caso ele afirma o contrário. E tampouco identifica revolução com violência (uma greve geral prolongada não implica o uso de força armada mas pode sim mudar um regime). Seu ensaio não conclui com um convite à derrocada indiscriminada das instituições parlamentares mas com uma prudente resenha das diferenças que determinam a plausibilidade histórica das diferentes e possíveis transições de um governo constitucional para o socialismo.

Creio que esta é a última nota tormentosa entre nós. O senhor prefere excluir das democracias capitalistas contemporâneas qualquer possibilidade de que os maiores movimentos políticos e sociais da esquerda vulnerem a ordem constitucional vigente. O senhor afirma, de fato, que qualquer perspectiva deste tipo é ao mesmo tempo inimaginável e indesejável na situação atual, e que o termo revolução pode ser eliminado sem maiores dramas da linguagem da mudança. Um juízo desse tipo reflete certamente o consenso intuitivo do momento. Mas em que momento se demonstrará historicamente plausível em uma perspectiva de longo prazo? Os regimes constitucionais atuais podem ser considerados como a expressão última da soberania popular, como estruturas permanente e definitivamente determinadas que só permitem prever modificações em seu interior, ou seja, introduzidas mediante procedimentos previstos por suas próprias regras eleitorais? Se este fosse o caso nos encontraríamos diante da versão liberal do *Sprung der Freiheit*. O realismo que o senhor evoca se coloca precisamente em desvantagem diante de uma ruptura notoriamente utópica referida ao passado.

Não obstante, este passado não é tão distante como se poderia imaginar. Transcorreram apenas trinta anos desde que o país que se encontra entre o seu e o meu logrou sua Constituição atual. Mas em que circunstâncias o fez? A Quarta República cedeu seu lugar à Quinta sob as pontas das baionetas de seu exército. Surgida de uma ordem militar, a nova ordem militar foi denunciada como "um golpe de Estado permanente" por um ilustre adversário político, que dez anos depois não duvidou em pedir um governo irregular para mudar o regime em crise. De qualquer maneira se trata daquele que hoje preside imperturbavelmente a mesma estrutura como forma acabada da democracia francesa. A França constitui uma exceção? No Japão a Constituição foi ditada por um conquistador estrangeiro. Na Alemanha Ocidental foi subordinada pelas autoridades da ocupação às necessidades que derivavam da divisão do país. Na Itália, sua Constituição teria sido a mesma sem a lição compartilhada por seu vizinho do outro lado do Adriático? Na Espanha a monarquia é a herança de uma ditadura militar. Na Inglaterra jamais se estabeleceu por escrito Constituição alguma. E até nos Estados Unidos a Constituição federal não esteve isenta de fraudes e de intimidações durante o processo de ratificação.

Ninguém duvida da realidade da democracia capitalista em cada um destes países, mas em todos eles o ordenamento jurídico representa o resultado de uma relação entre forças sociais que implicou diferentes combinações de forças predominantes e um consenso eleitoral concomitante ou sucessivo. É acaso possível que esta combinação agora tenha sido definitivamente desterrada da cena política? Me parece uma previsão muito otimista.

Nenhuma dessas experiências determinou uma mudança radical, não obstante dispor de um potencial muito maior para alterar regras consuetudinárias e expectativas. As observações finais de Geras pretendem simplesmente demonstrar que em uma situação desse tipo seria imprudente dar como certa de antemão a continuidade constitucional.

Por ora, as preocupações da esquerda européia permanecem encerradas em um horizonte muito mais modesto. Se bem que de maneiras diferentes, tanto sua tradição revolucionária como a reformista — os movimentos comunistas e social-democratas — se encontram profundamente desorientadas, como o senhor mesmo e de maneira cáustica teve oportunidade de observar. Refugiar-se em Adam Smith ou no abade Sieyes não lhes ajudará a sair desse *impasse* comum. O problema que temos diante de nós é mais o de tentar traçar — do ponto de vista intelectual ou do ponto de vista prático — os fundamentos de uma democracia socialista, para além dos limites de ambos, nas duas direções que o senhor mesmo indicou há pouco: a capacidade de contestar de forma viável a autocracia do capital na esfera da produção e a capacidade de contestar o controle absolutista do Estado nacional sobre os meios de destruição. A imensidão do objeto, considerando que acabamos de começar, coloca na sombra qualquer outro elemento. Fica difícil conceber uma forte divergência de valores frente a esta tarefa.

Minhas mais cordiais saudações,

Perry Anderson

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 39, julho 1994
pp. 97-113
